

FIGURAÇÕES DE CÉSAR: A ESCRITA PERFORMATIVA
EM *DE BELLO CATILINAE*, DE SALÚSTIO,
E *RÖMISCHE GESCHICHTE*, DE THEODOR MOMMSEN

*Figurations of Caesar: Performative Writing in De Bello Catilinae, by Sallust,
and Römische Geschichte, by Theodor Mommsen*

DOI: 10.14393/LL63-v40-2024-60

Alan Santiago Norões Queiroz*

RESUMO: Ao figurar o ditador Caio Júlio César em suas respectivas obras, os historiadores Theodor Mommsen e Caio Salústio Crispus se utilizaram dessa personalidade romana para veicular uma mensagem ideológica que tinha objetivos concretos no mundo extraliterário de cada uma das épocas — o primeiro no século XIX alemão; o segundo na Roma das guerras civis. Para tanto, precisaram reencenar o passado, caracterizando personagens, distribuindo falas, construindo cenas, criando tensão narrativa e pontos de virada, como se o leitor tivesse acesso direto aos fatos de antes no instante em que transcorriam. Como este artigo mostra na análise da performatividade narrativa do texto historiográfico, os autores conseguiram unir as particularidades do general romano às necessidades diegéticas da trama criada, transformando-o na síntese dos valores que o presente deles havia perdido e de que carecia para superar os impasses políticos mais imediatos, isto é, uma sociedade vista como decadente, com uma elite degenerada dominando um Estado composto de instituições corrompidas.

PALAVRAS-CHAVE: Júlio César. Personagem. Performatividade. Historiografia. Narrativa.

ABSTRACT: By featuring the dictator Gaius Julius Caesar in their respective works, historians Theodor Mommsen and Gaius Salustius Crispus used this Roman personality to convey an ideological message that had concrete objectives in the extra-literary world of each period — the former in the German 19th century, the latter in the Rome of the civil wars. To do so, they had to re-enact the past, describing characters, distributing lines, constructing scenes, creating narrative tension and turning points, as if the reader had direct access to the events of the past as they were happening. As this article shows in its analysis of the narrative performativity of the historiographical text, the authors managed to unite the particularities of the Roman general with the diegetic needs of the plot created, transforming him into the synthesis of the values that their present had lost and that it needed to overcome the most immediate political impasses, that is, a society seen as decadent, with a degenerate elite dominating a state made up of corrupt institutions.

KEYWORDS: Julius Caesar. Character. Performativity. Historiography. Narrative.

* Mestrando em estudos literários. Universidade Federal do Paraná. ORCID: 0009-0005-0032-3154. E-mail: alansnq(AT)gmail.com.

1 Introdução

O ditador romano Caio Júlio César desempenha um papel predominante tanto na obra historiográfica de Caio Salústio Crispo (86 a.C.–34 a.C.) quanto na do alemão Theodor Mommsen (1817–1903), porque, em ambos os casos, ele é o transmissor de uma mesmíssima mensagem ideológica, diferente na forma, mas igual em conteúdo: o imbricamento profundo entre a personalidade construída para o militar e as convoluções do ambiente político de Roma revela que só alguém com as características dele poderá redimensionar os valores do passado, superar os impasses do presente e reestabelecer a República em bases renovadas. Para os dois autores, essa é uma tarefa ao mesmo tempo interna e externa à narrativa — em Salústio, a urgência se dava numa cidade em meio a guerras fratricidas persistentes após o atentado que vitimou o conquistador das Gálias com 23 facadas no Senado em 15 de março de 44 a.C. (Plut. *Caes.* 66.13-14); em Mommsen, uma Alemanha ainda fragmentada que queria liberdade e unificação, mas havia visto os ideais da Revolução de 1848 naufragarem depois que contradições intrínsecas ao movimento diverso permitiram paulatinamente que se eliminassesem as camadas mais radicais e se consolidasse uma reação conservadora. Essa convergência na concepção sobre aquele comandante militar entre dois historiógrafos tão distantes no tempo se encontra de maneira mais clara, por um lado, em *De Bello Catilinae/De Catilinae Coniuratione/Catilina* e, por outro, em *Römische Geschichte*; à primeira obra é preciso adicionar ainda as duas *Epistulae ad Caesarem senem de re publica*, que Salústio teria escrito ao ditador em 50 a.C. ou 51 a.C. e em 46 a.C. Em vez de sublinhar a persistência de um tipo de fazer historiográfico único ao longo dos milênios, a ligação entre tais escritores na verdade realça, a despeito da atividade metodológica — mutável, como veremos —, que o poder performativo da linguagem a realizar algo com as palavras (Cassin, 2018, p. 13) é uma das ferramentas essenciais à produção textual na historiografia em variados momentos.

Entendemos performatividade como o “processo corporalmente experienciável de ação e percepção que constitui a realidade, sem que isso se confunda com a semiótica”¹ (Velten, 2009, p. 549). O conceito parte de Austin (2020), que identificou, em três dimensões da linguagem (locutório, ilocutório, perlocutório), a possibilidade de que os discursos não

¹ Todas as citações diretas do alemão, do francês e do inglês foram traduzidas por nós; as exceções foram mencionadas nas referências.

apenas constatem o real, mas também o produzam, seja pela força mesma do que dizem ou pelo efeito do que expressam; mas, uma vez que o filósofo britânico centrou sua preocupação especialmente em pequenas afirmativas (“Eu vos declaro marido e mulher”; “Essa sala está muito fria”), a análise, quando direcionada a textos mais complexos, requer o aporte também de ideias produtivas que vêm das artes cênicas. O performativo, para se estabelecer como mecanismo que pode operar em variados graus numa obra, se serve de “processos de observação, atos de percepção e uma comunicação orientada pelo corpo” (Huber, 2003, p. 69) ao simular a presença humana por meio de atos físicos, como se estes transcorressem num palco à vista da plateia (Häsner *et al.*, 2011; Huber, 2003), gerando sensações e emoções que põem o espectador num estado potencialmente transformativo (Velten, 2009, p. 552; Häsner *et al.*, 2011, p. 83-85; Fischer-Lichte, 2013, p. 138). Alguns recursos cabíveis a essa “encenação narrativa”, como qualifica Huber (2003, p. 81-82), são “a atenção a signos visuais e acústicos narrados no texto, como luz, paisagem, cena, barulhos e música”, contando também com a reprodução de uma oralidade fingida, a materialização de emoções através do corpo e a indexicalização do autor real, quando ele indica “suas condições empíricas, espaciais, sociais, econômicas, psicológicas, mentais etc.” (Häsner *et al.*, 2011, p. 88). Em outras palavras, reencenando personagens, falas e cenas, criando tensão narrativa e pontos de virada, pintando cenários, costurando roupas, colando adereços, eles sedimentam uma visão específica sobre os acontecimentos do passado, comprovam uma opinião incisiva sobre os desdobramentos do presente e incitam intervenções que podem alterar os rumos do futuro.

Elaborada por volta de 42 a.C., quando Salústio já havia se retirado da vida pública e se recolhido à imensa residência de opulentos jardins no vale entre os montes Píncio e Quirinal em Roma, “A guerra contra Catilina”, “A conjuração de Catilina” ou apenas “Catilina”, como é comumente chamado o conteúdo dos manuscritos Parisinus 16024 (P) e Parisinus 16025 (A) do século IX (Ernout, 1967, p. 37), narra o princípio, o planejamento, o malogro e as consequências político-jurídicas da conspiração que, unindo Lúcio Sérgio Catilina (108 a.C.–62 a.C.) e outros, intencionava matar Marco Túlio Cícero (106 a.C. –43 a.C.), à época cônsul, incender a cidade, franquear a entrada à pilhagem dos alóbroges e tomar o Estado romano de assalto. Desbaratada em 63 a.C. e denunciada na tribuna em quatro discursos pelo famoso orador, a tramoia golpista é retratada conforme a seguinte estrutura: proêmio (capítulos 1-4),

em que é ressaltada a glória pela virtude; as características de Catilina (5.1-8), homem de “grande vigor intelectual e físico, mas uma índole perversa e depravada” (Sall. *Cat.* 5.1); excuso em que o autor repassa a história romana inventariando a moralidade local em decadência (5.9-13); descrição dos catilinários (14-16), “assassinos [...], sacrílegos, condenados” (Sall. *Cat.* 14.3), devassos, adúlteros, glutões (14.2); primeira reunião dos revoltosos em junho de 64 a.C. 17); suposta tentativa inicial de golpe em 66 ou 65 a.C. (18-19); discurso de Catilina (20.2-20.17) conclamando os partidários a pegar em armas (“Servi-vos de mim, seja como comandante, seja como soldado”, Sall. *Cat.* 20.16); especulação acerca de sacrifícios humanos entre os rebeldes (22); traição de Quinto Cúrio, cuja amante Fúlvia espalha pela cidade os planos criminosos, resultando, como represália, na eleição de Caio Antônio Híbrida e do “homem novo”² Cícero ao consulado (23-24); caracterização de Semprônia (25), a quem “qualquer coisa sempre lhe foi mais cara do que a honra e o pudor” (Sall. *Cat.* 25.3); preparação para o ataque (26-32), com envio de combatentes a diversas regiões, aliciamento de novos integrantes e balbúrdias que “turbaram a cidade e mudaram a face de Roma” (Sall. *Cat.* 31.1); reprodução tanto da mensagem de Caio Mânlio, participante da trama secreta, a Quinto Márcio Rex, encarregado pela nobreza de conter o alvoroço em Fésulas, quanto da comunicação de Catilina, lida no Senado por Quinto Cátulo (33-35); arregimentação de tropas catilinárias (36.1-3); outro excuso (36.4-39.5), dessa vez abordando o “estado absolutamente deplorável” (Sall. *Cat.* 36.4) do povo romano e daqueles que “preferiam a agitação da República a ter menos poder” (Sall. *Cat.* 37.10); descoberta do complô com a ajuda dos alóbroges, tribo celta da Gália Narbonense que se recusa a mancomunar-se com os opositores de Roma e extraí deles provas por escrito (39.6-45); interrogatório dos acusados (46-47); mudança na postura da plebe, que de apoiadora passa a detratora dos conluiados e admiradora de Cícero (48-49); sessão do Senado (50-53.1) na qual se analisa a pena justa para o crime, que poderia ser ou o exílio (no discurso de César, 51) ou a execução dos réus (no discurso de Catão, 52); reflexão (53.2-54) sobre os elementos morais dessas duas grandes personalidades romanas de “estirpe, idade, eloquência quase iguais” (Sall. *Cat.* 54.1); e, finalmente, a morte dos conspiradores, a fala derradeira de Catilina diante da tropa, quando diz lutar “pela pátria, pela liberdade, pela vida” (Sall. *Cat.* 58.11), e a Batalha de Pistória em 62 a.C., que erradicará a resistência (55-61).

² Do latim *homo novus*, “o primeiro da família a conquistar o consulado” (Sommer, 2016, p. 833).

No Codex Vaticanus Latinus 3864 (V), também do século IX, estão transcritos os discursos e as cartas constantes de “Catilina”, *De Bello Iugurthino* (“A guerra de Jugurta”) e *Historiis* (“Histórias”); nessa miscelânea, acham-se ainda a *Invectiva in M. Tullium Ciceronem* (“Invectiva contra Cícero”), em geral tida como ilegítima apesar da clara atribuição de responsabilidade (Eisenhut, 2006b, p. 463), e as epístolas sem assinatura, antes mencionadas e alvo de nosso interesse. Na mais antiga, selada às vésperas da guerra de César com os *optimates*³, o autor escreve para lembrar ao comandante de sua tarefa, que consiste, após a vitória, em “reestabelecer a ordem do Estado nos mesmos pontos em que [Cneu Pompeu Magno (106 a.C.–48 a.C.)] a destruiu” (Sall. *epist.* II.3.1), uma vez que o interlocutor é sempre “ainda maior na desventura que na ventura” (Sall. *epist.* II.1.5); para tanto, ou seja, para conter uma nobreza⁴ afeta mais à glória proveniente do dinheiro e do poder pessoal que a habilidosas conquistas em favor da comunidade (Sall. *epist.* II.10.5), e para conduzir a população — expulsa de suas terras, reduzida à condição de escravizada, incapaz de autogerir-se — à obediência total ao Senado, como o corpo se sujeita à mente (Sall. *epist.* II.5.4-6, 10.6), Salústio elenca ações objetivas, muitas das quais efetivadas⁵ por César posteriormente: a) novos e velhos cidadãos devem ser assentados em colônias no interior da Itália, o que acordará neles o sentimento de liberdade e melhorará as forças de defesa (Sall. *epist.* II.5.7-8); b) os itálicos devem receber a cidadania plena dos romanos, garantindo a harmonia entre todos e fomentando a prosperidade (Sall. *epist.* II.7.2-3); c) os ocupantes da magistratura devem se eleger pela dignidade, pela importância e pelo brilhantismo que ostentam, e não pela riqueza que acumulam (Sall. *epist.* II.7.10, 10.4); e, finalmente, d) o número de senadores e juízes em

³ Isto é, “os melhores”: “designação moderna para o grupo de senadores romanos que insistiam na dominância tradicional do Senado. Contrário: ‘populares’” (Sommer, 2016, p. 835). Mouritsen (2017) questiona que tenha havido dicotomia ideológica tão cerrada entre dois grupos na República tardia, porque contavam mais as redes de lealdade, o renome pessoal e certa competição por cargos públicos do que um programa político; Robb (2010) segue na mesma toada, alegando inconsistência de significados para os termos, derivados do discurso *Pro Sestio*, de Cícero, e preferindo que as posições políticas em disputa sejam analisadas a partir da pluralidade de significados que essa terminologia carrega.

⁴ Grupo social e politicamente dominante em cargos e instituições do Estado romano, formado de modo gradual a partir de lutas intestinas entre diferentes camadas sociais (Hölkeskamp, 1987).

⁵ São elas: a extensão da cidadania romana aos transpadanos; a construção de colônias de novos e velhos plebeus mediante uma lei de terras; a reforma dos tribunais com a ampliação de juízes (reivindicação que desde a *lex Aurelia*, em 70 a.C., havia sido atendida em partes, ao oferecer a homens que não eram nem senadores nem equestrados a oportunidade de assumir juizados); incremento na quantidade de integrantes do Senado para novecentos nomes; medidas contra o consumo de luxo (Büchner, 1982; Christ, 2019).

diferentes tribunais deve aumentar, e as votações precisam ser por escrito e secretas, enfraquecendo a ingerência da nobreza (Sall. *epist.* II.11.5, 12.1-2); trata-se, portanto, de drásticas reformas administrativas e comportamentais que, na visão do escritor, restituiriam a liberdade destruída (Sall. *epist.* II.13.3) e concederiam ao destinatário uma fama imorredoura (Sall. *epist.* II.13.6-7), desde que ele se acercasse de amigos fiéis e bastante apoio para não incorrer no mesmo erro de Marco Lívio Druso (?-91 a.C.), tribuno que morrera apunhalado na cama e politicamente isolado (Sall. *epist.* II.6.3-6). Cinco anos mais tarde, sem a sombra de Pompeu, decapitado pelos Ptolemeus na costa do Egito, a nova e breve correspondência demora-se em dois pontos principais: a) a paz será mantida de modo justo e duradouro não pela brutalidade, mas pela benevolência (Sall. *epist.* I.3.1), ao evitar-se a todo custo reproduzir o costume dos bárbaros que pagam olho por olho e dente por dente (Sall. *epist.* I.3.4); e b) a cupidez ao dinheiro, a qual prejudica os jovens, deve ser revertida, até mesmo abolindo a usura (Sall. *epist.* I.5.7-8), sob pena de levar o Império à derrocada e à dominação por país estrangeiro (Sall. *epist.* I.5.1-2). Não custa pontuar que a legitimidade dessas missivas, questionada desde pelo menos o século XVI, não cessou de causar discussão, mesmo quando, nas décadas de 1950 e 1960, intelectuais como por exemplo Richard Reitzenstein, Eduard Schwartz, Eduard Fraenkel e Albrecht Dihle as rebaixaram (Becker, 1973); trabalhos mais recentes, entre os quais podemos registrar o de Werner Eisenhut (2006a) e o de Francisco Pina Polo (2021), têm lançado um olhar abonador a tais escrituras. Verídicas ou falsificações posteriores, servem igualmente a nosso propósito de mostrar o ponto de vista do historiador romano: porque, se verdadeiras, expõem tanto sobre o cônsul quanto sobre a sensação de decadência generalizada do Estado comandado por uma nobreza corrompida e aprofundada por uma plebe que se radicalizou; se falsas e ulteriores, ao menos evidenciam o que os antigos acreditavam (e nós) ser suficientemente crível ao pensamento salustiano, referendando visões que já estão, se não por inteiro claras, pelo menos bastante insinuadas nas composições historiográficas.

Por seu turno, Mommsen se dedicou a uma síntese da história da Itália (I, 6)⁶, apesar do título que deu ao projeto. Os três volumes, publicados em 1854, 1855 e 1856, abrangem desde os diferentes povos autóctones da península até a Batalha de Tapso (46 a.C.) numa amostra da

⁶ Sigo aqui a forma de referência mais comum às obras do autor: algarismo romano para o volume, e arábico para a página; ambos se referem à edição de 1874.

progressiva expansão e unificação de um Estado que tem em Roma apenas uma de suas raízes. O objetivo de detalhar, por meio de investigações epigráfico-linguísticas e àquela altura moderna crítica às fontes, as mais antigas migrações dos iapígios, as povoações do Lácio, os deslocamentos das tribos úmbrico-samnitas ao sul, o domínio do povo etrusco ao norte, a mistura do elemento helênico, a criação de uma constituição que previa espaços deliberativos como o Senado e a emergência de um sentimento nacional que, pondo fim à realeza estrangeira, dava lugar à República romana, as batalhas internas (entre plebeus e patrícios pelo poder) e externas (com Pirro, da Macedônia, e Aníbal, de Cartago) era justificar a Hélade como “o protótipo do desenvolvimento humano” e Roma “como o protótipo do desenvolvimento nacional; e nós, seus descendentes, a ambos temos de venerar e de ambos temos a aprender” (I, 176). Todo o percurso até o Estado unificado é o longuíssimo fundamento do que virá em seguida, no segundo e no terceiro tomos: o tempo das revoluções e a fundação da monarquia militar cesariana. Aqui desfilarão os principais personagens coadjuvantes ou centrais à política romana, desde Viriato (181 a.C.–139 a.C.), o líder lusitano antirromano, passando pelos vários Mitrídates do Ponto, até os irmãos Tibério Semprônio Graco (169-164 a.C.–133 a.C.) e Caio Semprônio Graco (154 a.C.–121 a.C.), Caio Mário (c. 157 a.C.–86 a.C.), Lúcio Cornélio Sula (138 a.C.–78 a.C.), Marco Pórcio Catão Uticense (95 a.C.–46 a.C.) e Pompeu. César aparecerá, certamente, no primeiro triunvirato (60 a.C.), na Guerra da Gália e mesmo na conspiração de Catilina, mas é o fim do livro que lhe reserva o lugar de proeminência que vinha sendo construído por contraste com as outras figuras. Não é à toa que Graco seja, para o autor, um “incendiário” (II, 117); Mário, “uma incapacidade” (II, 204); Sula, “Don Juan da política” (II, 376), salvador de Roma frente à “anarquia” dos Gracos, mas não diante do comando dos fidalgos (II, 373), a quem cede o poder voluntariamente; Catão, um “nefelibata no reino da moral abstrata” (III, 166); Pompeu, um “resignado candidato ao trono” (III, 106), sem “nenhum indício de talento” militar (III, 11). Como se vê, nenhum deles pode superar o desafio que cabe às pessoas daquele tempo histórico. Ao contrário de todos, só o “excepcional gênio criador” (III, 461) de um único homem cumprirá a liberdade presentemente pretendida, rompendo “com o jugo insuportável da aristocracia. Não deve ainda causar espécie que César, não menos que um antiquário político, retrocedesse meio milênio para encontrar o modelo de seu novo estado” (III, 484); em outras palavras, transformava-se num “rei democrata” (III, 465),

da mesma forma que os monarcas antigos eram soberanos de uma comunidade livre (III, 484). A prosa mommseniana, que finda, após o suicídio de Catão, o Jovem, com capítulo sobre religião, literatura e arte, deveria conter ainda um quarto volume sobre o Império, nunca escrito; apensou-se aos outros somente mais um, o quinto, na década de 1880, com descrições das províncias após o fim da República. Essa incompletude não impediu que a perspicácia histórica e a competência narrativa do que fora lançado produzissem um enorme impacto em especial na historiografia de língua alemã, tornando-se referência para importantes profissionais da área, como Karl Christ (1979/2019) e Michael Sommer (2023). A combinação entre pesquisa e reapresentação estética lhe rendeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1902.

2 Concepções de mundo

Por caminhos diversos, Salústio e Mommsen chegaram a saídas equivalentes para a convulsão social em que viveram.

O mais antigo, nascido em Amiternum, na Sabina, carente de aptidão militar mas dotado de oratória, viu de perto os principais eventos bélico-políticos da República tardia ou deles participou, porque esteve com frequência às voltas do poder. Viveu durante a guerra de Pompeu e Marco Licínio Crasso (115 a.C.–53 a.C.) para dissolver a ordem sulana e reinstituir o poder dos tribunos (70 a.C.), a luta deles contra Quinto Sertório (72 a.C.) e a vitória sobre Espártaco (71 a.C.), a derrota acachapante dos piratas (67 a.C.), a constituição de uma nova ordem no Oriente devido às habilidades administrativas de Pompeu (66 a.C.), o plano dos catilinários (63 a.C.), cuja descoberta coroa a ascensão de Cícero (edil em 69 a.C., pretor em 66 a.C. e cônsul em 63 a.C.), o triunvirato de Pompeu, César e Crasso (60 a.C.), o consulado de César (59 a.C.), a conquista da Gália etc. Nos anos de aprendizado, é bem certo que, como outros rapazes coetâneos seus, tenha recebido formação retórica, jurídica e bélica, quer na cidade onde veio à luz, quer na capital. Integrando, portanto, a juventude talentosa e ambiciosa que adentrava a carreira pública naquele século, virou tribuno popular em 52 a.C., mas é provável que tenha antes assumido alguma forma de questura em 55 a.C., uma vez que, com

as reformas sulananas, este se havia tornado o primeiro degrau do *cursus honorum*⁷ (Malitz, 1975, p. 24); entretanto, a tradição não fornece prova concreta a esse respeito (Syme, 1964, p. 28). Dos comentários de Ascônio ao discurso de Cícero em defesa de Tito Ânio Papiano Milão (c. 95 a.C.–48 a.C.) teremos mais informações sobre o contexto político durante o tribunato salustiano: na sequência do encontro ao acaso entre os séquitos de Milão, concorrendo ao consulado, e Públia Clódio Pulcro (93 a.C.–52 a.C.), candidato dos *populares*⁸ à pretura, que resultou na morte deste último, o historiador se posiciona favorável aos clodianos, atendendo também aos interesses de Pompeu, grande figura da cena de então e apoiador de outro nome na disputa (Malitz, 1975); mas o incêndio no Senado e na Basílica Pórcia, deliberadamente provocado pelos partidários do falecido ao cremá-lo, volta a opinião pública contra eles, e uma reação judicial processa e condena também algumas das vozes mais altissonsantes do grupo, exceto Salústio, que havia conseguido se manter menos subversivo ou mais discreto (Ascon. 49; Malitz, 1975, p. 52), apesar das assembleias e dos discursos contra o pleiteante dos *optimates* nas semanas que se seguiram ao assassinato (Ascon. 38, 51). Dois anos mais tarde, encontramos nosso homem de 36 anos já senador, mas logo retirado desse assento pelas mãos do censor Ápio Cláudio Pulcro (97 a.C.–49 a.C.) devido a motivo não totalmente esclarecido — talvez como vingança por Milão, que, sim, foi condenado (Syme, 1964, p. 35), ou por seu comportamento dissoluto (Malitz, 1975, p. 110). Se a proximidade a César já havia se demonstrado antes, agora, em especial após a expulsão indigesta, o contato se ampliava num momento em que Pompeu seguia para o lado oposto nas trincheiras. Os cesarianos foram recompensados pelo empenho na guerra civil; e, após a vitória sobre o rei Juba, a província recém-criada, África Nova, ficaria sob a responsabilidade do futuro historiógrafo — até ali um militar cesariano de alta patente —, incumbido de supervisionar o fornecimento de grãos à metrópole e extraer os impostos e confiscos estipulados. O processo de corrupção que precisou enfrentar ao regressar a Roma no verão de 45 não redundaria em punição, mas significava, na prática, uma “perspectiva tênue de futuros empregos e honras” (Syme, 1964, p. 39). De um

⁷ “Carreira senatorial desde a República: futuros senadores se tornavam em sequência questor, edil, pretor e cônsul. Para cada cargo estipulava-se uma idade mínima, e os cargos não podiam ser ocupados um em seguida ao outro. Além disso, em todos vigoravam os princípios de colegialidade (vários titulares cuidavam em paralelo da mesma função) e anuidade (limite de duração a um ano)” (Sommer, 2016, p. 831-832).

⁸ “Designação moderna para o grupo de senadores romanos que na guerra civil se apoiava numa ampla massa popular e supostamente defendia seus interesses. Contrário: *optimates*” (Sommer, 2016, p. 836).

lado, isso pode ter sido decisivo para que se retirasse de vez da política; de outro, a morte de Catão não deve ser desconsiderada como um incentivo para que ele tomasse da pena e começasse a produzir sua historiografia (Malitz, 1975).

O presente conturbado, cheio de metamorfoses por que passou a cidade, ganha perspectiva histórica na análise entremeada em “Catilina”. A princípio, o crescimento interno e a expansão para além das fronteiras têm especial inflexão depois que a dinastia dos Tarquínios degenerou em “soberba e tirania” e teve de ser expulsa a fim de que a “liberdade” fosse mantida (Sall. *Cat.* 6.7, 7.3). Entre os soldados, o “desejo de glória” se expressava nas façanhas militares por meio das quais os jovens queriam se destacar, julgando “essas as riquezas, essa a boa reputação e a grande nobreza” (Sall. *Cat.* 7.6). A época mereceu ser caracterizada com uma série de termos positivos: “bons costumes”, “concórdia”, “justiça”, “retidão”, comedimento, fidelidade, “audácia” na guerra e “equidade” na paz (Sall. *Cat.* 9.1-3); porém, quando o perímetro territorial parecia ter atingido seu ápice, a “fortuna” tomaria outro rumo. “Então, primeiro cresceu o desejo de dinheiro, depois, o de poder: estes foram como que a substância de todos os males” (Sall. *Cat.* 10.3). Com isso, arrasaram-se “a lealdade, a integridade, os demais bons dotes” (Sall. *Cat.* 10.4); restou “a soberba, a crueldade, [a] ambição”, a falsidade, a conveniência e as aparências (Sall. *Cat.* 10.5); a avidez predominou, e a excessiva libertinagem com que o exército de Sula foi treinado na Ásia debilitou o ânimo dos soldados (Sall. *Cat.* 11.5). “Depois que as riquezas passaram a ser fonte de honra e a elas seguiam a glória, o poder, a influência, começou a enfraquecer-se a virtude, a posse de pouco, a ser tida em desprezo, a honestidade a passar por malevolência” (Sall. *Cat.* 12.1); além disso, “um desejo não menor de adultério, orgias e demais dissipações” (Sall. *Cat.* 13.3) putrefazia a urbe no plano mais íntimo dos lares. Outro fenômeno da disseminada crise, a conjuração de Catilina deixa claro, na origem dos envolvidos, que a decomposição subia e descia os degraus da hierarquia social, porque havia ali homens e mulheres de toda sorte; ajuntavam-se nobres interessados na “tirania” (Sall. *Cat.* 17.5) ou ávidos de vingança (Sall. *Cat.* 37.9) e gente comum que desejava a revolução e odiava o estado de penúria em que se encontrava (Sall. *Cat.* 37.1-3). A introdução de “Jugurta” reforça esse panorama deteriorado tanto na figura dos novos senadores que não se prestam a competir com os antepassados em obediência às leis e esforço, preferindo a opulência e a riqueza (Sall. *Iug.* 4.7), quanto no regime de violência que pensa

corrigir comportamentos equivocados, mas, ao contrário, dispara “morte, exílio e outras animosidades” (Sall. *Iug.* 3.2); dessa maneira, sinal de grande estupidez, o fomento ao ódio pode levar alguém “pela paixão prejudicial e vexaminosa a sacrificar seu prestígio e sua liberdade ao poder de alguns poucos [*potentiae paucorum*]” (Sall. *Iug.* 3.4); por isso a contribuição dele ao Estado se centra antes no ócio (*otium*), ou seja, na escrita da história e, acrescento, nas opiniões sobre seu tempo, do que na atividade (*negotium*) deturpada e problemática de outros (Sall. *Iug.* 4.4), o que pode atrair uma glória não igual à dos que se envolvem diretamente com as instituições, mas também de importância (Vassiliades, 2020).

Tal quadro espelha a situação política no Segundo Triunvirato (43 a.C.–33 a.C.), a morte de Cícero, as numerosas proscrições e a renovada guerra civil contra os assassinos de César (PERL, 1969, p. 203); a condenação à violência no discurso deste em “Catilina” pode ter servido como alusão a três episódios: a marcha sobre Roma em 43 a.C. comandada por Otaviano, o futuro Augusto (27 a.C.–14 d.C.), desejoso de nomear-se cônsul; a política brutal desencadeada por Marco Antônio (83 a.C.–30 a.C.); ou mesmo ao ambiente de selvageria generalizada de 42 a.C. (Vassiliades, 2020). Syme (1964, p. 218) enxerga na expressão *potentia paucorum* a referência precisa a três homens, os triúnviros — Otaviano, Marco Antônio e Marco Emílio Lépido (90 a.C.–13 a.C.) —, enquanto Perl (1969, p. 214) pontua os paralelos entre os personagens da narrativa salustiana e os do palco político fora das páginas: “As críticas que à época eram erigidas contra Otaviano se coadunavam até aos detalhes com o que Salústio pôs na boca de Filipe contra Lépido [nas *Histórias*]”: o uso do exército privado para obtenção de seus objetivos (Sall. *hist. frg.* 77.22). Nesse sentido, o pulso do historiador sabino não se apequena no simples desprezo por uma sociedade moralmente devastada nem se basta na demolição intelectual da constituição de Sula; ao contrário, ele, como defende Pöschl (1940, p. 112, 113), reconhece a permanente grandeza do Estado como modelo e tenta colaborar à mudança e à renovação do destino (*fortuna*) ao apontar a justeza dos princípios que alicerçavam a política e a vida social dos *patres* antigos. Para Salústio, o tempo não conseguira destruir os ideais ainda válidos de governo moderado (*moderatio*) e justo (*aequitas*) e de virtude (*virtus*), consubstanciada em autocontrole (*continentia*) e comedimento (*modestia*), inclusive abandonando bens e prazeres da vida (Pöschl, 1940, p. 110). A *virtus* se manifestaria na combinação entre “enorme produtividade e esforço inaudito, que defesa militar e liderança

política de um império como o romano exigiam" (Pöschl, 1940, p. 110); e só um governo com aquelas qualidades poderia conduzir novamente os jovens a exercícios e práticas bélicos e tolher a cupidez pelo ganho pessoal que havia desprestigiado a relevância dos valores antigos. "Quem *vera via*, sem se deixar seduzir pelas tentações da *ambitio* e da *avaritia*, almejar verdadeira glória [militar e política] se desenvolverá num indivíduo de elevada utilidade à comunidade", afirma Koestermann (1973, p. 795) sobre os pressupostos de Salústio. Serão César e Catão os dois lados dessa moral romana a ser seguida, mostrada por ele numa narração que, como concorda Perl (1969, p. 215), não se furtava às noções de modelo e exemplo. No esteio de tal argumentação, reside uma visão salustiana otimista a respeito das chances de mudança numa República em espiral descendente; em crença contrária, Georgios Vassiliades (2020, não p.) considera que o ex-tribuno não pensa a própria obra como remédio para o mal-estar dos seus tempos, mas apenas como "certo interesse para a coletividade", porque, caso contrário, "teria dito isso claramente [em *De Bello Iugurthino*] para justificar seu isolamento [da vida pública] de maneira mais convincente". Essa posição, entretanto, ignora a capacidade perlocutória da linguagem, quando o que se diz pode ser menos importante do que o efeito que o dizer pode provocar, e toma as asserções do romano pelo seu puro caráter constatativo. Salústio, na verdade, está o tempo inteiro dialogando com o que interessa para ele após uma carreira conturbada: o tempo presente, os homens presentes; assim, age através das palavras e escamoteia no papel a política que não pode fazer abertamente na arena pública — e uma possível intimidade com Antônio não inviabilizava que, ainda assim, visse os triúnviros como colaboradores da degeneração.

Valores também eram importantes para Mommsen, mas não os dos ancestrais, e sim os da sociedade capitalista emergente. Filho de um pastor protestante e uma professora primária, nasceu em Garding, território dinamarquês, em dezembro de 1817, poucos meses antes de Karl Marx; no entanto, ao contrário deste, sua trajetória o levou às fileiras liberais. Era anticatólico convicto; e, embora já nos últimos anos do ensino médio tenha se reconhecido ateu, herdou da fé paterna o *ethos* do dever, a busca da perfeição, a formação científica e a autonomia, conciliando o espírito protestante com a formação humanista (Rebenich, 2002). No colégio Christianeum, em Altona, onde se matriculou em 1834, deixou-se influenciar por Goethe, Schelling e Hegel, estudou línguas antigas e modernas, escreveu versos sem qualidade

poética e participou da Altona Wissenschaftlicher Verein, associação discente com viés nacionalista e liberal — uma redundância durante o *Vormärz* (1815–1848), quando as províncias alemãs viram pulular grupos, clubes e círculos não apenas filosóficos, nem somente literários, que adquiriam caráter político, fortemente antifrancês.⁹ Depois de doutorado em direito pela Universidade de Kiel aos 26 anos, pleiteou e conseguiu uma bolsa de Cristiano VIII para fazer uma nova edição de *Antiquitatis Romanae Monumenta legalia extra libros juris Romani sparsa*, conjunto de inscrições jurídicas do Lácio que o pesquisador Christian Gottlieb Haubold (1766–1824) reuniu, transcreveu e editou. Ao retornar dos dois anos em boa medida transcorridos na Itália, engajou-se nas lutas contra a tentativa de anexação de sua terra natal, Schleswig, pelo novo monarca Frederico VII, cuja política causou furor na Alemanha por ser considerada quebra do tratado de Ripen, de 1460, que mantinha aquele ducado indissoluvelmente unido a outro, o de Holstein, por sua vez parte da Confederação Germânica.

Mas, se Mommsen não teve êxito ao se alistar como soldado no início de 1848 porque uma bala o acertou de raspão na orelha, ao menos colaborou a partir de abril com análises políticas no *Schleswig-Holsteinische Zeitung*, porta-voz do governo provisório; nos meses anteriores, já haviam se espalhado protestos violentos nas ruas de várias entre grandes e pequenas cidades da Europa, inclusive na Alemanha, clamando por quebra do monopólio governamental da posse de armas, liberdade de imprensa, fim da proibição de partidos, abolição da censura prévia, democratização da justiça, parlamento nacional unificado, novas eleições, liberalização do direito ao voto, revisão da constituição e libertação dos camponeses da servidão em que ainda viviam (Nipperdey, 2013, p. 595-6). E ele discutia, nas páginas do periódico, a eleição dos deputados ao parlamento geral reunido em Frankfurt, a comissão criada para redigir uma Carta Magna nacional, os embates travados entre monarquistas e republicanos pela melhor forma de governo, as discussões ideológicas que opunham as diversas frações da *Paulskirche*. Sob o mote “Sem isolamento, sem reação, sem anarquia!”, criticava o doutrinarismo, que, para ele, ameaçava a liberdade e a igualdade na busca pela unificação mais adequada. Sobre os monarquistas, ironizou, no dia 10 de junho, que haviam descoberto um “método universal com que confiam estancar todos os males e produzir a

⁹ Cf. Bleek (2019); cf. Nipperdey (2013, p. 308): “Nacionalismo e liberalismo na Alemanha não apenas andavam de mãos dadas, mas também eram precisamente idênticos”.

melhor das ordens. A prescrição da monarquia hereditária serve para todos os casos" (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 12); quatro meses depois, avaliou, no dia 1º, outro grupo político assim:

Erraria quem quisesse caracterizar os homens do partido de Olshausen como republicanos; talvez não haja ninguém em toda a esquerda que não saiba que a briga entre República e monarquia é uma questão banal, vazia, e que o objetivo da democracia poderia ser totalmente alcançado dentro das fronteiras de uma monarquia constitucional (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 14-15).

Contra os reacionários (conservadores ligados à Igreja) e os revolucionários (democratas, que lutavam pela maior soberania popular possível), alinhava-se à centro-direita, ala constitucional dos liberais que defendia um parlamentarismo no qual o rei tinha poder absoluto de veto; pregava um equilíbrio entre Estado e indivíduo; almejava uma concertação com os governos locais; dispunha-se a perder parte da liberdade em caso de conflito; vociferava contra os democratas radicais e as tendências mais igualitárias da esquerda (Nipperdey, 2013; Iggers, 1983). Estavam desse lado, além dos burgueses, entre outros os historiadores Friedrich Christoph Dahlmann (1785–1860), Johann Gustav Droysen (1808–1884) e Georg Waitz (1813–1886) (Nipperdey, 2013, p. 611), três professores dele em Kiel. Eram homens cuja atividade política, em alguns casos absolutamente intransigente em favor dos grandes industriais, não se podia dissociar do trabalho historiográfico deles, porque essa dimensão era um pressuposto teórico da chamada Escola Prussiana (Schleier, 1963, p. 296), como ficaram conhecidos os acadêmicos que, advogando uma unificação consolidada pelo compromisso entre as classes e capitaneada apenas pela Prússia, enxergavam os problemas contemporâneos nos temas históricos. Faz sentido que, portanto, nosso autor, identificado ao pensamento, tenha dito estas palavras numa carta ao amigo Wilhelm Henzen em 5 de novembro para lamentar o já pesaroso fracasso daqueles meses: "Sempre fui republicano, como você bem sabe, mas com tanta mistura de aristocracia que considerei a gentalha [Lumpenpack] que chamamos de nossos semelhantes — agora concidadãos — como miseráveis demais para isso" (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 27). No mesmo texto, afirma mais à frente que, durante sua época de imprensa, por vezes cria ter encontrado aquela "quadratura do círculo, quando chamamos liberdade da ordem", mas, depois que o êxtase arrefeceu, notou que "nossas velhas classes barraram, lamentando ou tremendo, a correnteza da liberdade, em vez de conduzir todos os

riachos da força do povo para lá" (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 28). Não havendo ali quem, pela força militar e política, assumisse a causa e a levasse a bom porto, volta-se à história de Roma para investigar sua unificação e lá vislumbra *alguém* com atributos que lhe pareciam ter se escasseado.

3 A escrita da história

Enquanto Salústio extrai de Tucídides muito de seu repertório (Pöschl, 1940; Syme, 1964), isto é, uma visão moralizante da história, os discursos como veículo de um argumento político, a concisão de linguagem (*brevitas*), as digressões às vezes com análises geográficas, etnográficas ou culturais — traços, claro, não exclusivos dele —, Mommsen, por ser historiador de transição entre a narrativa psicológica romântica do início do Oitocentos e a preocupação declaradamente cada vez mais “científica” e realista do fim desse período (Fueter, 2019), utiliza-se dos ensinamentos de Barthold Georg Niebuhr (1776–1831), Friedrich Carl von Savigny (1779–1861) e de Hegel para compor o relato (Rebenich, 2002; Woolf, 2014): do primeiro aprendeu que o estudo tem de ser balizado pelas fontes e que estas não são um fim em si, mas instrumento, de maneira que a numismática e a epigrafia, a filologia e o direito, a arqueologia e a papirologia podem proporcionar acesso privilegiado ao mundo perdido da Antiguidade, uma inovação metodológica; do segundo soube depreender a especificidade histórica que vinha acompanhada de cada documento jurídico, produto de uma época e de uma sociedade; do terceiro absorveu os conceitos de “Estado”, através do qual se atinge a “verdadeira liberdade”, e “gênio”, “apóstolo do espírito do tempo, [...] que traz o futuro à vida e o anuncia com entusiasmo profético”, como escreve Mommsen (1897, p. 26) no ensaio “Gênios são um mal necessário”, submetido aos colegas da associação de Altona em dezembro de 1837. Dois meses antes, em “Quais são as exigências de uma boa biografia?”, rascunhava a diferença de dois gêneros de escrita, ao pormenorizar que o historiógrafo tem uma tarefa maior do que a delimitação do caráter e da influência de personagens no entorno e na época que habitaram; a postura, no entanto, não exime o profissional de captar a individualidade dos grandes homens, desde que evite uma galeria ininterrupta e descosida de esboços humanos (Mommsen, 1897). Ou seja, a história, que se realiza pelas mãos de pessoas no curso do tempo, não se iguala à

atuação isolada dos personagens¹⁰, sendo, portanto, mais do que a soma das partes. Ainda assim, a dedicação que deposita em estabelecer a interseção entre o íntimo de uma pessoa e os processos exteriores da narrativa lhe recompensa uma obra que, compreendendo a agência humana sob ótica historicizada, tem sua força na figuração de nomes relevantes e na reencenação do que as fontes e a inferência imaginativa permitiram reconstruir. Nesse aspecto performativo, Wucher (1956) designa uma “pedagogia política”, e, em relação a Salústio, Koestermann (1973, p. 795) assinala o objetivo de “ensinar e instruir”; e isso significa essencialmente que os homens e os fatos de antes, gravados pela historiografia deles, não se reduzem a mera matéria de memória, porque mantêm a habilidade de ainda interferir politicamente no mundo; cada um a seu modo, nossos escritores presentificam as ações humanas desdobrando episódios narrados numa estrutura temporalizada e, através daí, desvelam o traço transformador para a coletividade das ocorrências escolhidas. Em tais performances, como por exemplo no trecho sobre uma emboscada durante as campanhas contra a Pártia, o leitor de Mommsen é transferido ao próprio cenário dos fatídicos acontecimentos; neste caso, o território oriental, inclusive enriquecido com descrições que pintam a paisagem e com um dêitico que nos situa nas fileiras romanas (III, 344): “Por longo tempo, o inimigo não se mostrou; apenas a fome e a sede e as areias de um infundo deserto pareciam fazer guarda aos portões do Oriente”; “Abgaros e os árabes foram enviados para examinar”; “O comandante aguardava *aqui* para enfim avançar sobre o inimigo eternamente em retirada”; “Uma vez que os mensageiros não vinham, decidiram-se por seguir adiante”. E a sequência cinematográfica encerra-se:

Então, subitamente, ressoou em toda parte ao redor deles o timbale dos partas; dos vários lados viam-se tremulando as bandeiras de seda adornadas com ouro e brilhando os elmos de ferro e as bigas sob os raios do escaldante sol de meio-dia; e junto ao vizir estava o príncipe Abgaros com os beduínos. Era tarde demais quando perceberam a rede na qual se haviam entrelaçado. (III, 344)

Neste momento são irrelevantes as individualidades de Abgaros, Públio, do vizir e mesmo do comandante principal inominado (era Crasso); queremos acentuar apenas a

¹⁰ Cf. Reis (2018, p. 388): “representação de uma figura humana ou humanizada que, numa ação narrativa, contribui para o desenvolvimento da história e para a ilustração de sentidos projetados por essa história”.

encenação teatralizada da ação — o brilho dos elmos, o timbale ressoando, a sensação das altas temperaturas — e também o papel narrativo que os personagens ocupam, gerando tensão até mais acentuada quando se lê, poucas linhas antes de iniciar o fragmento, que foi o próprio Abgaros a convencer os romanos àquele trajeto.

Já no que se refere ao “conjunto de processos discursivos e metafíctionais que individualizam figuras antropomórficas localizadas em universos diegéticos específicos” (REIS, 2018, p. 165), a maior figuração em *Römische Geschichte* acumula cem páginas e centra-se evidentemente em César; no capítulo intitulado “A antiga República e a nova monarquia”, o historiador entrelaça os planos pessoal e social numa espécie de *fotografia em movimento* que captura um período de transição operado pelo político. O ritmo particular imprime iguais doses de ensaio analítico e narração:

[César] Realizou o que foi possível, e nunca, por amor a um melhor inalcançável, absteve-se de um bom alcançável, nunca rejeitou ao menos mitigar a moléstia sem cura através de paliativos. Mas, ao reconhecer que ali falava o destino, sempre obedecia. Alexandre no Hípanis e Napoleão em Moscou recuaram por necessidade e enfureceram-se contra o destino porque também seus preferidos só gozaram de limitado sucesso; César regressou espontaneamente do Tâmisa e do Reno e pensava também pôr em prática no Danúbio e no Eufrates não um plano impróprio de dominação mundial, mas apenas uma bem ponderada regulação de fronteiras. (III, 463)

Certamente é possível assegurar sobre Mommsen o que Büchner (1982, p. 252) constata na pena de Salústio: a verdade, aliás, *uma* verdade está convertida em *estrutura acional artisticamente representada*, que, no romano, se soma a excursos e proêmios para carregar a reboque o julgamento do autor (numa historiografia feita para cumprir com o dever de cidadão e ser humano). Assim, a história, objetivada, presentificada através do corpo e da ação de homens do passado, revivida a cada leitura pela teatralização narrativa, urde-se numa tensão crescente que deságua no desenlace trágico, e o mundo romano retorna a uma situação de quietude provisória após a catarse, como nos dramas clássicos apresentados nos palcos; contudo, na reencenação das discórdias que opõem a República aos rivais, Catilina e Jugurta, seres humanos movidos por sentimentos verdadeiros ainda que deploráveis, são dois dos principais anti-heróis do autor, cujo foco narrativo persegue mais amiúde essas figuras controversas que arrastam o povo romano e a si próprios a circunstâncias extremas. Inundado

pela nobreza agrária, o Senado, espaço privilegiado para decisões sobre assuntos militares, povoa-se de personalidades diferentes que gravitam não especialmente como uma massa amorfa, mas antes como o Estado, às voltas com as atividades antirromanas que enfrentam.

Divergindo dos que acreditam em desconhecimento para as incongruências factuais salustianas, Büchner (1982) sustenta que, ao contrário, as marcas temporais nele, por vezes distorcidas, têm efeitos histórico-dramáticos propositais, embora negue o parentesco com a tragédia grega que pedia divisão em cinco atos, além de ascensão e queda do protagonista. De fato, não se encontra a fórmula grega em Salústio; mas estão lá os artifícios que remodelam a temporalidade a serviço do enredo, como, por exemplo, as variações de foco narrativo, a distensão ou o encurtamento da ação e antecipações ou retomadas de acontecimentos. Não é diferente em Mommsen. É que nessas produções há um palimpsesto de planos temporais retroalimentando-se, uma confluência de tempos que Landwehr (2016) resume como “ausência presente do passado” — por isso “Salústio dotou os primórdios do período republicano com características discerníveis nas estratégias de poder de César. O tópico do elogio àquela época em Roma tinha atualidade política” (BAIER, 2008, p. 79); por isso “Mommsen reificou aos contemporâneos a Antiguidade não só por uma vivificação geral e pela substituição de antigualhas gastas, empoeiradas e incompreensíveis numa roupagem moderna, mas pôs a história romana no palco político do século XIX” (WUCHER, 1956, p. 42-43). Essa manipulação cronológica extravasa numa anacronia linguística perene¹¹.

A cadeia de denominações historicamente condicionadas a que Mommsen lança mão para distinguir cargos (*Landvogt*/alcaide-mor), profissões (*Pfaffen*/padres, *Fabrikarbeiter*/operários de fábrica), regiões (*Kantonen*/cantões), objetos (*Pfennig*/centavo), sistema econômico (*Kapitalismus*/capitalismo) daquela civilização e o vocabulário passadiço salustiano de um “colorido arcaico” (KROLL, 1927, p. 283), tomado de empréstimo, por exemplo, a Tito Mácio Plauto (c. 230 a.C.–180 a.C.; Pl. *Amph.* 205, 219 s, 223 ss., 1109, 1115) e a Públia Terêncio Afro (c. 185 a.C.–c. 159 a.C.; Ter. *Andr.* 117, 128 ss., 284), são portadores de discurso político. Se Mommsen via, digamos, nos Gracos e em seus continuadores o mesmo ímpeto extremista da facção democrata no parlamento frankfurtiano, nos aristocratas romanos

¹¹ Cf. Landwehr (2016, p. 289): “Repetições, latências, emergências, simultaneidades, mortos-vivos, espectros mostram que o tempo não é diacrônico, mas anacrônico”. Sobre anacronia na narrativa, cf. Genette (2010).

a nobreza prussiana (militares de alta patente e grandes proprietários de terras, os *Junker*) e, em César, a síntese necessária para seus dias entre as demandas populares e a estabilidade de uma classe superior no poder — assim os nomeando para conceber pontos de contato facilmente assimiláveis a quem o lesse —, por outro lado Salústio chamava a atenção ao vocabulário e às opções sintáticas (brevidade, orações assindéticas, verbos no presente, elipses, ligações com demonstrativos, abundância de intercalações, quebra de paralelismo entre frases etc.) (Kroll, 1927) para, num único lance, incensar a moral antiga e criar um âmbito textual de instabilidade performada, que ratificava o argumento de fundo. Curioso é que o alemão tenha censurado “Catilina” como “escrito de viés político” (III, 195), formulado por um “notório cesariano” (III, 195), cujo objetivo era valorizar o “partido democrático, no qual se apoiava a monarquia romana, e limpar a memória de César da mais escura nódoa que nela se fixava” (III, 195), isto é, o envolvimento nas maquinações golpistas; anos mais tarde, o historiador de Schleswig-Holstein seria achincalhado por justificativa análoga.¹²

4 O personagem César

O tratamento literário que Salústio e Mommsen deram à personalidade de César descarta dela os caracteres incompatíveis com a diegese, mantém dos polos contrários em disputa o que há de essencial e, enfim, eleva a figura do ditador¹³ a patamar novo porém tradicional, arrojado porém comedido, democrático (em sentido atual) porém hierárquico. Não dizemos com isso que esse processo de *Aufhebung* transforma Salústio num hegeliano antes de Hegel ou mesmo Mommsen num replicador canhestro de princípios filosóficos alheios; entretanto, concordamos que, nos dois historiógrafos, o movimento, as contradições, a

¹² Cf. Nietzsche (1999, p. 479): “Quem ilustra a história romana através da repugnante relação com um lastimável ponto de vista partidário moderno e com sua constituição efêmera conspurca muito mais o passado que o mero intelectual que deixa estar tudo morto e mumificado. (Tal é, nestes tempos, o historiador frequentemente mencionado: Mommsen.)”

¹³ “Lat. *dictator*, do lat. *dictare* (‘ordem’): magistrado extraordinário com *imperium* [poder dos magistrados dentro de uma área específica], convocado em situação de emergência por um cônsul após ter ocorrido uma decisão do senado [*senatus consultum*]” (Sommer, 2016, p. 833). O ocupante durava no máximo seis meses no cargo, era “indicado em caso de guerra ou revoluções” (Corassin, 2001, p. 28), se ocupava da formação de exércitos, podia expedir sentenças, interditar ações de magistrados, conduzir eleições etc. (Jehne, 2007). A César foram conferidas em 49 a.C. a ditadura provisória; em 48 a.C. por um ano; em 46 a.C. por dez anos; e, em 44 a.C., a perpétua. Segundo Jehne (2007), ao examinar o estatuto legal do ofício, a benesse que o Senado lhe concedeu por último sinalizava que não era mais possível recuperar a antiga República, a avançar em passos largos a um regime autocrático.

superação foram performados e condensados num “indivíduo histórico-mundial”, na medida em que o entrecho não descende do solo épico, que busca, por exemplo no romance, uma totalidade a se ramificar por todos os lados da vida, mas deriva da coesão dramática entre ação pessoal, personagem com objetivo específico e espírito geral de uma época, como teorizou Hegel (1990, p. 479). O vigor performativo que procede daí já haviam avalizado Heuß (1996), Fest (1992) e Mattenkrott (2005) para o jurista alemão: “Sentimo-nos tentados a dizer que Mommsen situou a história e a historiografia não na torrente épica, mas na tensão dramática” (Heuss, 1996, p. 67); “as frases finais estão, comparáveis ao ato derradeiro de um espetáculo, em geral estilizadas e [...] encenadas para fins de efeito grandioso; como Mommsen, então, é mais dramaturgo que narrador, comprime as sequências, conduz as posições ao abrupto entrechoque e ama os contrastes intensos” (Fest, 1992, p. 36); “trata-se de tendência em Mommsen desenvolver personagens [...] conforme o modelo de determinado protagonista político de meados do século XIX e ainda assim segundo o modelo dos ‘personagens complexos’ da dramaturgia clássica” (Mattenkrott, 2005, p. 173). Salústio também se dedicava a essa reencenação dos atores centrais no trabalho de escrita, uma vez que a própria sociedade romana dos séculos republicanos, como nos conta Hölkenskamp (2023), estava imbuída de uma acentuada ritualização performativa, sem a qual não se realizava a política. E o historiador antigo, ao repensar o manancial humano diante de si, partia dos ensinamentos da escola retórica iniciada por Anaxímenes de Lâmpsaco (c. 380 a.C.–320 a.C.), que preconizava à caracterização de uma vida que fossem enfatizados a origem, o desenvolvimento desde a juventude, a instrução formal, a personalidade (combinando corpo e espírito) e a postura perante o mundo que justificará os atos futuros (Vretska, 1955, p. 106) — cartilha seguida à risca em Catilina, mas não perfeitamente em César. Já Mommsen, muito menos influenciado pelos gregos que pelos romanos, orienta-se por esquema equivalente, mas não parece ter sofrido prejuízo maior de análise ou percepção com a distância do tempo, porque, assim como o outro, ele teve de reorganizar o inapreensível da ação humana e reconfigurá-lo de maneira coerente, causal, lógica para alcançar *uma* verdade performada.

As deliberações no palco senatorial erigido por Salústio chegam ao cume com os discursos de César e Catão — a benevolência confronta-se com a rigidez. A cena começa pelo fim, quando todos haviam assentido que os catilinários cometaram crime de lesa-pátria (Sall.

Cat. 50.3); tudo o mais é uma espécie de recapitulação, de modo que o parecer oral de César está reproduzido não *ipsis litteris*, mas no “seguinte teor” (Sall. *Cat.* 50.5), apontando desde logo o cunho artificial e performativo das palavras ali contidas. Surge de início uma exortação dele à inteligência e à recusa das paixões, reiterando o que havia sido proposto pelo próprio sabino em 2.2-3, mas aqui ilustrado por episódios nos quais os antepassados se consagraram superiores aos adversários por deixar seguirem impunes os rodienses desleais, na guerra da Macedônia (51.5), e por não revidar na mesma moeda contra os cartagineses (51.6). A reputação e o prestígio dos senadores poderiam ser prejudicados (51.7) se a opção em assembleia não fosse pela via legal. Tentando desmontar os oradores inflamados que, precedendo-o, descreveram com intuito emotivo a situação catastrófica na qual os malsucedidos golpistas deixariam Roma, afirma que “na maior fortuna há a menor licença: cumpre não favorecer ou odiar, muito menos irar-se” (Sall. *Cat.* 51.13); aproveita para dissentir da pena capital como punição, aventada por Décimo Silano, porque “a morte é um descanso dos sofrimentos, não um suplício” (Sall. *Cat.* 51.20); e completa o raciocínio descobrindo a incoerência de exigir castigo máximo, descumprindo a legislação que proibia execuções sem recurso ao povo, e ignorar a possibilidade de tormentos corporais por desobedecer à lei Pórcia (51.20-24). César percebe aí que a sanha punitiva poderia regressar contra os romanos, exemplificando com o caso dos lacedemônios na Grécia, a princípio aplaudidos, depois execrados por uma matança indiscriminada de bons e maus (51.25-31), e com Sula, cuja ordem de degola ao pretor Demasipo em novembro de 82 a.C. desencadeou massacres e perseguições (51.31-35). Ele temia que o Senado, no futuro, autorizasse cônsules menos sensatos a violências desmedidas (51.36); o temor, profético aos coetâneos do historiógrafo, não poderia ainda finalizar um discurso que alardeava racionalidade. Então, ampliando seu arrazoado, recorre aos ancestrais, que copiavam “as instituições alheias, contanto que fossem honestas” (51.37), e “preferiam imitar a odiar os bons” (51.38); segundo ele, mesmo antigos haviam notado que as penitências corporais, devido às facções que assumiram o domínio da política romana e ao grande número de seus participantes, oprimiam inocentes, demandando assim a abolição da prática em favor do exílio (51.39-41). As linhas de conclusão são gastas com uma proposição sucinta: confisco dos bens aos culpados e degredo em municípios que se responsabilizarão pela custódia deles. A ideia, como sabemos, será rechaçada, mas a derrota

parlamentar parece mais uma vitória dado o desenrolar dos fatos. Por conseguinte, César amealha ainda elogios do narrador pela “enorme virtude” (Sall. *Cat.* 53.6) em meio à corrupção, à indolência, aos vícios e à soberba. A ele aderem-se os substantivos: generosidade, brandura, misericórdia (54.2); a ele ainda se juntam atitudes que lhe granjearam a glória: distribuir, ajudar, perdoar (54.3); nele se articulam o “refúgio dos miseráveis” (Sall. *Cat.* 54.3), a afabilidade, o labor, a vigília, a prestatividade aos amigos (54.4), mas também a necessidade de um exército, “onde seu valor pudesse brilhar” (Sall. *Cat.* 54.4). Claro, a síncrese com que essa parte se ocupa só estará inteira quando há uma comparação com Catão, outro homem de igual grandeza — íntegro, severo, digno, parcimonioso, ruinoso para os maus, constante, moderado, valoroso, decente, desinteressado, afinal, bom (54.2-6). Entretanto, apenas César traz consigo o verdadeiro pendor militar, que parece faltar no outro e é parte incontornável do *mos maiorum* romano. Os valores de Catão simbolizam princípios por óbvio importantes à força moral interna da *res publica*, mas perdem a centralidade diante da conjugação entre política (faculdade de unir interiormente os cidadãos) e militarismo (defesa de fronteiras sob risco de invasão exterior), resguardada a César; ademais, a sabedoria de lidar com a *fortuna*, como está dito nas epístolas, contribui para que ele se engrandeça. Tudo isso vai defendido numa encenação do discurso oralizado, numa ambientação vivificada e presente, numa teatralização textual da prática oratória, em que a corporalidade e a linguagem performadas materializam nas engrenagens do próprio texto as ideias do autor.

Mommsen oferece bem mais do que um longo solilóquio ao personagem. O líder militar aparece pela primeira vez, ainda no tomo inicial, quando se menciona que as migrações célticas só serão definitivamente controladas com as vitórias dele na Gália e depois com a regulação de limites instituída por Augusto (I, 327); posteriormente está vinculado a rápidas menções que ora o aproximam de Alexandre na desenvoltura militar (I, 633), ora o equiparam a Napoleão na habilidade de planejamento (I, 782), ora o qualificam como vítima de um dilema (entre usurpar ou chefiar o Estado) com o qual sofreram Graco e Péricles (II, 117), ora rebaixam a constituição sulana elevando a genialidade dele (II, 372). Todavia, somente no capítulo “Marco Lépido e Quinto Sertório”, no volume final, César será introduzido na política romana como ser de ação, quando, além de uma detida análise em nota sobre o ano de seu nascimento, salientam-se a bravura e a ousadia do esforço dele em batalhas, mas em especial a filiação ao grupo dos

democratas (III, 16-18). A partir daí, a frequência de citações se amplia. Ali, uma ajuda menor à urbe na mais decisiva das guerras contra Mitrídates o retirou de Rodes, onde estudava retórica (III, 57); acolá, a popularidade do jovem democrata crescia frente aos demais comandantes, como Pompeu (III, 100); mais tarde adensam-se as lutas intestinas pelo poder e a expansão contra os estrangeiros, nas quais em boa parte ele mergulha, como o triunvirato e as escaramuças que o levam à Ilha Britânica. Por fim, nos penúltimos capítulos — um sobre a guerra civil; o outro sobre as transformações sociais romanas —, o peso do nome dele e suas respectivas intervenções na realidade dominam as páginas; mas toda a relevância de César se delineia partindo de traços físicos e psicológicos que esmiúçam o âmago da sociedade romana. De família aristocrática que descendia diretamente de Vênus e dos heróis da *Ilíada*, preservou “tanto o frescor do corpo quanto o viço do espírito” (III, 461); guerreava, cavalgava, nadava com excelência, administrava várias tarefas simultaneamente; venerava a mãe, amava a filha, cultivava “uma bela relação de confiança mútua” (III, 462) com vários do seu tempo; cometeu aventuras amorosas diversas, cobria por vaidade a careca com a coroa de louros, trajava-se com elegância; tornou-se “completamente realista e racional” (III, 463), nutria uma sobriedade, mantinha-se sereno, não se iludia nem criava expectativas; “planejava com inteligência e refletia acerca de todas as possibilidades” (III, 463), porém nesse racionalismo escapava em algum ponto certo misticismo. Por tudo, era um estadista, que envidava o máximo de si à “ressurreição moral, intelectual, militar e política da própria nação, tão profundamente decaída, e da nação helênica, tão intimamente irmanada com a sua, mas ainda mais profundamente decaída” (III, 463). Embora como simples subsídios ao político, celebrizou-se nele também o orador, o escritor e mesmo o gênio militar, que sabia pôr de lado as considerações bélicas quando fatores políticos se avultavam (III, 465) e “encontrava a garantia de vitória não no número de forças em combate, mas na velocidade da movimentação, preparada não com antecedência, mas sob ação apressada e mesmo ousada” (III, 464). “A mais notável particularidade da sua criação política [a monarquia militar] foi a perfeita harmonia”, avalia Mommsen (III, 465) e acrescenta que, enquanto monarca, nunca agiu como tal (III, 466). Ele representava o equilíbrio entre contradições históricas e o concurso das substâncias que compunham a romanidade. Em poucas linhas relativamente às cerca de 1.400 laudas do original em alemão, o historiador interpreta aquela vida sob a ótica historicista:

De enorme força criadora e, a um só tempo, do mais pujante intelecto; já saído da juventude e ainda não entrado na velhice; de vontades supremas e consecuções supremas; eivado de ideais republicanos e, ao mesmo tempo, nascido para o reinado; um romano no mais profundo âmago do ser e sempre convocado a conciliar e desposar o desenvolvimento romano e helênico tanto em si quanto nos outros, César é homem total e completo. Por isso faltam-lhe, mais que a qualquer outra personalidade histórica, o que podemos chamar de traços característicos, os quais não são, porém, senão desvios do desenvolvimento humano conforme a natureza. O que salta à primeira vista se mostra, em considerações mais detidas, não como individualidade, mas como idiossincrasia da nação ou da cultura à época, uma vez que suas aventuras juvenis eram comuns a todos os contemporâneos igualmente dotados, que seu temperamento apoético mas energicamente lógico era o temperamento sobretudo dos romanos. Participava da total humanidade de César que estivesse condicionado em altíssimo grau ao tempo e ao espaço; pois não há humanidade em si, uma vez que *o ser humano não pode se encontrar senão contido em dada particularidade nacional e em determinado traço de cultura*. César era um homem completo somente porque se havia imiscuído, como nenhum outro, no fluxo do tempo e porque, perfeitamente como nenhum outro, *carregava consigo as particularidades fulcrais da nação romana e as verdadeiras competências civis*, assim como seu helenismo estava também há muito intimamente entrelaçado à nacionalidade itálica (III, 467-468, grifo nosso).

Após historicizar a história e precisar César como o indivíduo que apreende em si o *Zeitgeist*¹⁴, as afirmações anteriores carecem de uma materialidade que se realizará logo adiante no detalhamento das mudanças executadas por ele. A fundação de uma monarquia militar democrática não emergiria sem uma forte intervenção nas finanças, no judiciário, no parlamento, nas forças armadas, na distribuição de comida, no consumo de bens de luxo, nas dívidas da população, na partilha de terras, nos bandos armados que aterrorizavam as estradas, nas províncias, nas transações “capitalistas”, na religião estatal, nas moedas e até no descontrole do planejamento urbano e no calendário. Todo esse empreendimento unificou Grécia e Roma como os perfis nacionais que se hegemonizaram no império embrionário, excluindo os povos “bárbaros” e assimilando, ou melhor, convivendo com os judeus, que haveriam de se agregar como integrantes do Estado (III, 548-549). Dessa maneira, propiciando César a *liberdade* ao resistir às forças centrífugas da aristocracia e da democracia, auferia também a *unificação* que, conformando-se pouco a pouco desde o início como promessa, havia

¹⁴ “O espírito de uma época, a mentalidade predominante de um período de tempo particular, especialmente na sua expressão artística, literária, filosófica etc.” (Mautner, 2011, p. 782).

sido concretizada pelo “gênio”, emissário do futuro. Depois dessa ampla figuração — em que o performativo aparece tanto nas percepções corpóreo-sentimentais e na capacidade demonstrada pelo personagem em manipular os acontecimentos históricos quanto no indiciamento da posição específica do autor por meio do espelhamento com figuras históricas posteriores ou com os partidos políticos do século XIX, o que embaralha os tempos —, o capítulo fecha com a sentença: “Assim agiu e criou como nenhum mortal antes ou depois dele; e como agente e criador viveu ainda milênios na memória das nações ele, o primeiro e ainda único *imperator* César” (III, 569).

5 Considerações finais

Salústio, testemunha ocular dos fatos que relata em “Catilina”, e Mommsen, a quem restaram apenas as fontes para investigar o passado, não diferem essencialmente na visão que dedicam a Júlio César, porque o cerne do trabalho historiográfico deles está subordinado antes a critérios literários, políticos e ideológicos, que os levam a construir performativamente, ou seja, reencenando, presentificando, narrando um passado de acordo com esse mesmo sistema de crenças. O expediente não se esgotou com a profissionalização e a crescente “objetividade” da ciência histórica, e em maior ou menor grau sua presença na “operação historiográfica” (Certeau, 2017) atual, especialmente após a redescoberta do acontecimento e depois da virada linguística dos anos 1970 e 1980, reivindica para a perfeita compreensão da disciplina em diversas épocas a atenção ao instrumental linguístico-textual de que se dispõe para compor um mundo diegético. Ademais, a formação da narrativa em história e com ela a veiculação de um pressuposto político nos permitem crer que o exercício literário o qual encadeia ações num procedimento lógico-causal ou mesmo fragmentário, porém coeso por determinados prismas, traz consigo sempre e necessariamente alguma visão argumentativa de mundo, não como subproduto, mas como seu fenômeno primeiro e essencial. Salústio e Mommsen, não sendo, portanto, cientistas, são na verdade escritores; de qualquer forma, não escrevem literatura, e sim historiografia — as quais se diferenciam pela metodologia específica aplicada às fontes documentais ou orais, que se desdobra num gênero textual de cariz especial; e, como observa White (2014, p. 138), um romance ou uma pesquisa que se tornou escrita historiográfica “oferecem uma imagem verbal da ‘realidade’ [...]. Não se trata, pois, de um conflito entre dois

tipos de verdade" (WHITE, 2014, p. 138). Ambos os autores foram relevantes em suas respectivas épocas — e ainda hoje o são — porque o passado para eles não estava mumificado nem enterrado, e, também para eles, o tempo mantinha na história um movimento dialético contínuo que seus contemporâneos fariam muito mal se deixassem escapar.

Referências

- ASCONIUS PEDIANUS, Q. **Commentaries on Five Speeches of Cicero**. Edição e tradução de Simon Squires. Bristol: Bristol Classical Press, 1990.
- AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. New York: Barakaldo Books, 2020.
- BAIER, T. Cicero und Sallust über die Einzelherrschaft Caesars. In: BAIER, T.; AMERISE, M. (Hrsg.). **Die Legitimation der Einzelherrschaft im Kontext der Generationenthematik**. Berlin: De Gruyter, 2008. p. 65-84.
- BECKER, C. Sallust. In: TEMPORINI, H. (Hrsg.). **Aufstieg und Niedergang der römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung**. v. 3. Berlin: De Gruyter, 1973. p. 730-754.
- BLEEK, W. **Vormärz**. München: C.H. Beck, 2019. <https://doi.org/10.17104/9783406735349>
- BÜCHNER, K. **Sallust**. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1982.
- CASSIN, B. **Quand dire, c'est vraiment faire: Homère, Gorgias et le peuple arc-en-ciel**. Paris: Fayard, 2018.
- CHRIST, K. **Krise und Untergang der römischen Republik**. Berlin: wgb, 2019. <https://doi.org/10.5771/9783534744824>
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- CORASSIN, M. L. **Sociedade e política na Roma antiga**. São Paulo: Atual, 2001.
- EISENHUT, W. Briefe an Caesar. In: SALLUST. **Werke**: Lateinisch und deutsch. Tradução de Werner Eisenhut, Josef Lindauer. Düsseldorf: Artemis & Winkler, 2006a. p. 450-456.
- EISENHUT, W. Das Echtheitsproblem der Invective und der Briefe. In: SALLUST. **Werke**: Lateinisch und deutsch. Tradução de Werner Eisenhut, Josef Lindauer. Düsseldorf: Artemis & Winkler, 2006b. p. 462-467.

ERNOUT, A. Préface. In: SALLUSTE. **Catilina, Jugurtha, Fragments des Histoires**. Estabelecimento de texto e tradução de Alfred Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 1967. p. 7-48.

FEST, J. **Wege zur Geschichte**: Über Theodor Mommsen, Jacob Burkhardt und Golo Mann. Zürich: Manesse Verlag, 1992.

FISCHER-LICHTE, E. **Performativität**: Eine Einführung. Bielefeld: [transcript], 2013. <https://doi.org/10.1515/9783839411780>

FUETER, E. **Geschichte der neueren Historiographie**. Berlin: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2019.

GENETTE, G. **Die Erzählung**. 3. Auflage. Stuttgart: W. Fink, 2010. <https://doi.org/10.36198/9783838580838>

HÄSNER, B.; HUFNAGEL, H. S.; MAASEN, I.; TRANINGER, A. Text und Performativität. In: HEMPFER, K. W.; VOLBERS, J. (Hrsg.). **Theorien des Performativen**: Sprache — Wissen — Praxis. Eine kritische Bestandsaufnahme. Bielefeld: [transcript], 2011. p. 69-98. <https://doi.org/10.1515/transcript.9783839416914.69>

HEGEL, G. W. F. **Vorlesungen über die Ästhetik**: III. Werke 15. Frankfurt: Surhkamp, 1990.

HEUSS, A. **Theodor Mommsen und das 19. Jahrhundert**. Stuttgart: F. Steiner, 1996.

HÖLKESKAMP, K.-J. **Die Entstehung der Nobilität**: Studien zur sozialen und politischen Geschichte der Römischen Republik im 4. Jhdt. v. Chr. Wiesbaden: F. Steiner, 1987.

HÖLKESKAMP, K.-J. **Theater der Macht**: Die Inszenierung der Politik in der Römischen Republik. München: C.H.Beck, 2023. <https://doi.org/10.17104/9783406806957>

HUBER, M. **Der Text als Bühne**: Theatrales Erzählen um 1800. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003.

IGGERS, G. G. **The German Conception of History**: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present. Connecticut: Wesleyan University Press, 1983.

JEHNE, M. Der Staat des Dictators Caesar. In: BALTRUSCH, E. (Hrsg.). **Caesar**: neue Wege der Forschung. Darmstadt: wbg, 2007. p. 169-189.

KROLL, W. Die Sprache des Sallust. **Glotta**, v. 3-4, n. 15, p. 280-305, 1927.

KOESTERMANN, E. Das Problem der römischen Dekadenz bei Sallust und Tacitus. In: TEMPORINI, H. (Hrsg.). **Aufstieg und Niedergang der römischen Welt**: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung. v. 3. Berlin: De Gruyter, 1973. p. 781-810. <https://doi.org/10.1515/9783110836424-022>

LANDWEHR, A. **Die anwesende Abwesenheit**. Frankfurt am Main: Fischer, 2016.

MATTENKLOTT, G. Mommsens Prosa — Historiographie als Literatur. In: DEMANDT, A.; GOLTZ, A.; SCHLANGE-SCHÖNINGEN, H. (Hrsg.). **Theodor Mommsen**: Wissenschaft und Politik im 19. Jahrhundert. Berlin: De Gruyter, 2005. p. 163-180.

MAUTNER, T. (dir.). **Dicionário de filosofia**. Tradução de Victor Guerreiro, Sérgio Miranda e Desidério Murcho. Lisboa: Edições 70, 2011.

MOMMSEN, Theodor. **Drei Aufsätze Theodor Mommsens aus seiner Schulzeit**. Eine Erinnerungsgabe zum 80. Geburtstage. Überreicht vom Königlichen Christianeum in Altona. Als Manuskript gedrückt. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1897.

MOMMSEN, T. **Römische Geschichte**. München: wbg Philipp von Zabern, 2021.

MOURITSEN, Henrik. **Politics in the Roman Republic**. London: Cambridge University Press, 2017. <https://doi.org/10.1017/9781139410861>

NIETZSCHE, Friedrich. **Nachlaß 1869-1874**. Organização de Giorgio Colli; Mazzino Montinari. München: dtv, 1999.

NIPPERDEY, Thomas. **Deutsche Geschichte 1800-1866**: Bürgerwelt und starker Staat. München: C.H. Beck, 2013.

PERL, Gerhard. Sallust und die Krise der römischen Republik. **Philologus**, v. 113, n. 1-2, p. 201-216, 1969. <https://doi.org/10.1524/phil.1969.113.12.201>

POLO, F. P. Sallust's Epistulae ad Caesarem. A Popularis Proposal for the Republican Crisis. **Hermes**, v. 149, p. 177-205, 2021.2. <https://doi.org/10.25162/hermes-2021-0016>

PÖSCHL, V. **Grundwerte römischer Staatsgesinnung in den Geschichtswerken des Sallust**. Berlin: De Gruyter, 1940. <https://doi.org/10.1515/9783111691244>

REBENICH, S. **Theodor Mommsen**: eine Biographie. München: C.H. Beck, 2002.

REIS, C. **Dicionário de estudos narrativos**. Coimbra: Almedina, 2018.

ROBB, M. A. **Beyond Populares and Optimates**: Political Language in the Late Republic. Stuttgart: F. Steiner, 2010.

SALLUST. **Werke**: Lateinisch und deutsch. Tradução de Werner Eisenhut, Josef Lindauer. Düsseldorf: Artemis & Winkler, 2006.

SALLUST. **Werke**: Lateinisch und Deutsch. Introdução, tradução e comentários de Thorsten Burkard. Darmstadt: WBG, 2010.

SCHLEIER, H. Die kleindeutsche Schule (Droysen, Sybel, Treitschke). In: STREISAND, J. (Hrsg.). **Die deutsche Geschichtswissenschaft von Beginn des 19. Jahrhunderts bis zur Reichseinigung von oben**. Boston: De Gruyter, 1963. p. 271-310.
<https://doi.org/10.1515/9783112649169-017>

SOMMER, M. **Volkstribun**: Die Verführung der Massen und der Untergang der römischen Republik. Hamburg: Klett-Cotta, 2023.

SOMMER, M. **Römische Geschichte**: von den Anfängen bis zum Untergang. Stuttgart: Kröner, 2016.

SUETÔNIO; PLUTARCO. **Vidas de César**. Tradução e notas de Antônio da Silveira Mendonça. Ísis Borges da Fonseca. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

SYME, R. **Sallust**. London: University of California Press, 1964.
<https://doi.org/10.1525/9780520929104>.

VASSILIADES, G. **La res publica et sa décadence**. Pessac: Ausonius Éditions, 2020.
<https://doi.org/10.4000/books.ausonius.14782>

VELTEN, H. R. Performativitätsforschung. In: SCHNEIDER, J. (Hrsg.). **Methodengeschichte der Germanistik**. Berlin: de Gruyter, 2009. p. 549-571.
<https://doi.org/10.1515/9783110217438.549>

VRETSKA, K. Bemerkungen zum Bau der Charakteristik bei Sallust. **Symbolae Osloenses**, v. 31, n. 1, p. 105-118, 1955. <https://doi.org/10.1080/00397675508590466>

WHITE, H. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 2014.

WICKERT, L. **Theodor Mommsen**: Eine Biographie. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1959. v. 1: Lehrjahre 1817-1844.

WICKERT, L. **Theodor Mommsen**: Eine Biographie. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1969. v. 3: Wanderjahre: Leipzig — Zurich — Breslau — Berlin.

WOOLF, D. **Uma história global da história**. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2014.

WUCHER, A. **Theodor Mommsen**: Geschichtsschreibung und Politik. Göttingen: Musterschmidt, 1956.

Recebido em: 10.05.2024

Aprovado em: 18.08.2024